



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (MA)

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA G.P. Nº 160/2021

São Luís, 24 de maio de 2021.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, de que trata o art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e do Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU - Plenário. Item 9.4, partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

Dê-se ciência.

Disponibilize-se do *site* deste Regional.

JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Desembargador Presidente do TRT da 16ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MARÇO/2021 A ABRIL/2021

R\$31,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXPECTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL EXECUTADO (C) - (A) + (B)		
	LIQUIDADAS														
	MAR/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OCT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEB/2022	MAR/2022	ABR/2022		TOTAL ÚLTIMOS 12 MÊSES (A)	INSCRITAS EM RESCISÃO A PAGAR NÃO PROCESSADAS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	18.064.597,18	15.019.400,94	15.975.822,52	15.095.281,19	15.013.640,53	15.075.955,75	24.854.440,27	18.131.352,76	18.501.780,51	16.248.590,84	16.164.584,07	15.858.815,12	206.383.901,48	2.207.230,88	208.591.222,36
Pessoal Ativo	15.104.846,43	13.592.324,17	13.967.347,59	13.686.806,06	13.518.354,63	13.651.027,78	21.808.210,14	16.056.782,89	16.443.289,87	14.200.498,10	14.104.148,66	13.806.394,59	179.980.030,51	2.162.625,63	182.142.656,14
Atividades, Variegas e Outras Despesas Variáveis	13.088.276,20	11.193.520,06	11.190.341,73	11.291.829,64	11.107.005,57	11.248.539,77	16.990.966,76	13.650.659,59	14.078.600,15	11.839.421,68	11.731.799,59	11.429.931,56	148.850.901,30	2.127.625,63	150.978.526,93
Obrigações Patronais	2.016.570,23	2.398.795,11	2.777.005,66	2.394.976,42	2.411.349,06	2.392.488,01	4.817.243,38	2.406.123,30	2.404.689,72	2.361.076,42	2.372.349,07	2.376.462,83	31.129.129,21	35.000,00	31.164.129,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.959.750,75	2.027.076,77	2.008.475,13	2.008.475,13	2.095.285,90	2.024.567,97	3.026.230,13	2.074.569,87	2.018.490,44	2.048.092,74	2.060.435,41	2.052.420,73	26.403.870,97	44.695,25	26.448.566,22
Aposentadorias, Reservas e Reformas	2.534.083,20	1.717.629,80	1.717.629,80	1.717.629,80	1.707.757,79	1.755.803,95	2.485.789,48	1.746.554,70	1.729.674,55	1.742.044,89	1.758.861,26	1.755.271,85	22.448.769,97	22.448.769,97	22.448.769,97
Pensões	425.667,55	309.446,97	290.845,33	290.845,33	387.510,11	288.764,02	440.440,65	328.013,17	288.815,89	306.047,85	301.574,15	297.148,88	3.953.121,90	44.695,25	3.999.817,15
Outras Despesas de Pessoal Desoneradas de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 3º de art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Ocorridamente															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (E) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.959.750,75	2.027.076,77	2.008.475,13	2.008.475,13	2.095.285,90	2.024.567,97	3.026.230,13	2.071.593,79	2.019.801,87	2.048.092,74	2.060.435,41	2.066.194,63	27.015.980,22	497.026,96	27.513.006,28
Despesas com Pessoal não Executada Ocorridamente															
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Récursos Vinculados															
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (D) - (E) - (I)	15.104.846,43	13.592.324,17	13.967.347,59	13.686.806,06	13.518.354,63	13.651.027,78	21.808.210,14	16.056.782,89	16.443.289,87	14.200.498,10	14.104.148,66	13.792.620,49	179.567.921,26	1.709.594,82	181.077.316,08

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
	VALOR	% SOBRE A RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) - (A) + (B)	763.022.602.538,79	0,027323%
LIMITE MÁXIMO (VD) (revisão LII e III, art. 20 da LRF)	181.877.316,08	0,023827%
LIMITE PRUDENCIAL (VE) - (0,95 X VD) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	310.839.792,59	0,040738%
LIMITE DE ALERTA (VF) - (0,90 X VD) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	294.179.803,50	0,038594%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, TRT16, 17 maio 2021, 16h 17min


1. Nos demonstrativos elaborados em primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.


NOTA:
 Notas: Despesas em restos a pagar não processados são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

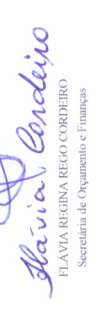
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.

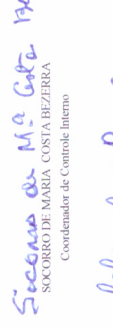
Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizam R\$ 10.350,53, não foram computadas no Relatório, conforme orientação contante no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOFM-S/CONS/STNS/AF, e no Sordadas nº 894/2012 - TCU - Plenário.


Nota3: As despesas relativas a prestações e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 9.085.466,36, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário.


 JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
 Desembargador Presidente


 MANOEL PEDRO DE MORAES NETO
 Diretor Geral


 Flávia Regina Rego Cordeiro
 Secretária de Orçamento e Finanças


 Socorro de Maria Costa Bezerra
 Coordenador de Controle Interno


 Adalberto Barros
 Setor de Contabilidade Analítica

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2020 A ABRIL/2021

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	208.591.222,36
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	27.513.906,28
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	181.077.316,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,023732%

		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,029946%	228.495.048,32
	Resol CNJ 5/2005	0,029937%	228.426.376,19
	Resol CNJ 26/2006	0,026353%	201.079.610,24
	Resol CNJ 177/2013	0,026304%	200.705.728,67
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	0,042882%	327.199.781,67

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Jus


\2 Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respecti

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho


 JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
 Desembargador Presidente


 MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO
 Diretor Geral


 FLÁVIA REGINA REGO CORDEIRO
 Secretária de Orçamento e Finanças


 SOCORRO DE MARIA COSTA BEZERRA
 Coordenador de Controle Interno


 LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
 Setor de Contabilidade Analítica